

M. LIVERANI, *Le lettere di el-Amarna* (Testi del Vicino Oriente antico), I, Paideia, Brescia 1998; II, 1999. 474 pp. continuadas nos dois volumes. ISBN 88.394.0565.8 - 64.000 Liras; ISBN 88.394.0566.6 - 37.000 Liras.

Mario Liverani, um dos maiores orientistas da actualidade, revelara-se como grande historiador do Próximo Oriente antigo, tanto em estudos de pormenor como em obras monográficas, duas das quais já apresentadas na *Cadmo* (1 [1991] 198-201; 4/5 [1994-95] 143-147). Junta agora a faceta de filólogo (assiriólogo) e, menos exposta, a de arqueólogo. «Uma vida passada a trabalhar nas cartas de el-Amarna» desembocou, felizmente para nós, estudiosos e leitores comuns, numa nova «tradução e comentário global» (Prefácio). Depois das traduções parcelares e completas para alemão (1896, 1907, 1915), inglês (1939, 1978, 1992) e francês (1987), surge agora a primeira versão para italiano, com comentário e notas.

O Autor achou por bem organizar o material em dois tomos: 1. Cartas de «Reis pequenos» (na maior parte das vezes remetentes, mas também destinatários de missivas do faraó); 2. Cartas de «Reis grandes». Divisão lógica e nada arbitrária, pois corresponde à terminologia da época: *šarru rabû*, «rei grande» e *šarru sihru*, «rei pequeno» (p. 39, n. 111). «Reis grandes» são *grosso modo* os das grandes potências da época de Amarna, o «clube» dos grandes, com Egipto, Babilónia, Hatti e Alashiya (Chipre), vindo a Assíria a ocupar o posto do Mitanni conquistado pelos Hititas. Na organização do volume II, seguem-se os reis de Babilónia, Assíria, Anatólia (Hatti com o apêndice de Arzawa) e Chipre (com espaço para o governador, além do rei de Alashiya). As cartas dos «Reis pequenos» (volume I), ligados por vassalagem a um «rei grande», distribuem-se por esta ordem: Palestina meridional, (treze localidades, entre as quais, Gaza, Ascalon, Lakis, Jerusalém e Gezer), Palestina central com Siquém e outras, Palestina setentrional (várias cidades e regiões, com Megiddo, Akko e Hazor), Fenícia meridional (Tiro, Sidon, Beirute), Biblos (sete reis), Síria meridional, Beqa', Amurru e costa setentrional, vale do Orontes.

A extensa bibliografia das obras citadas (pp. 429-444) demonstra, para quem ainda tivesse alguma dúvida, a seriedade e profundidade do trabalho. Não falta a indispensável concordância entre a edição *princeps* (EA) e a presente numeração (LA) e conclui-se com os índices analíticos (pessoas, com eventual bibliografia prosopográfica e significado do nome, cidades, povos, países) e índice geral.

A organização sistemática torna a Obra um utilíssimo instrumento de trabalho, de fácil consulta. As excelentes introduções a cada um dos

volumes revelam as preocupações e qualificação do Autor para inserir as Cartas no contexto histórico da sua época.

A Introdução ao vol. I, apresentada a descoberta das Cartas, as edições e publicações e as escavações do que veio a chamar-se el-Amarna (Akhet-Aton de Amenófis IV, 1353-1336 a. C. na «cronologia curta» preferida do Autor), continua com a ressonância que teve a novidade para os estudos bíblicos. Surpreendeu os críticos em pleno século XIX, quando os exegetas do Antigo Testamento, totalmente alheios ao confronto com dados externos à Bíblia, esmiuçavam o texto hebraico versículo a versículo, reconstituindo prováveis «fontes» ou «documentos» prévios à última redacção. As Cartas de Amarna, o maior arquivo preservado de uma chancelaria pré-clássica (cerca de um terço do total perdeu-se em transportes e litígios pela posse), forneceram um quadro concreto de Canaã antes da instalação de «Israel» (à falta de nome adequado para o conjunto tribos nómadas e autóctones). Êxodo e «conquista» não podiam ser fruto de pura fantasia. Dão-se os últimos desenvolvimentos da identificação dos *habiru* (conotação sociológica e não étnica) e referem-se os contributos das Cartas, escritas em acádico de Babilónia, sobre os dialectos de Canaã introduzidos sorrateiramente no léxico, morfologia, sintaxe e semântica da língua estrangeira.

Liverani historiador está como peixe na água nos números 4 (p. 30-40: «O domínio egípcio na Síria-Palestina») e 5 (pp. 40-48: «Cartas de paz e cartas de guerra»). O pretenso colapso do império egípcio da Ásia no tempo do herético Amenófis IV e o próprio «império» são redimensionados a escala plausível. A visão «catastrófica» do suposto colapso resulta da leitura acrítica das cartas, cheias de apelos a ajuda contra a pressão inimiga. Ora a leitura crítica habituou-se a entender os protestos de fidelidade dos vassallos asiáticos «por aquilo que são e não como dados de facto», pois «o controlo egípcio baseava-se num dispêndio mínimo de presença e intervenção armada» (p. 31). Passadas as campanhas militares de Tutmés III e Amenófis II e a conquista do Mitanni, os vassallos da Síria ficaram sem apoio em veleidades de rebelião anti-egípcia e tornou-se inútil e raríssima a presença pessoal do faraó. As cartas descrevem o controlo ordinário do «império» por meio de comunicações entre a corte e os vassallos para apoio ou preparação das visitas anuais de cobradores de impostos. A leitura estrutural deve preferir-se à leitura factual. A presença militar permanente do Egipto na Síria-Palestina deveria andar entre os 200 e 300 soldados, a que se juntariam hipoteticamente mais 500 móveis para as cobranças. O sistema político local dos cinquenta reinos de vária dimensão foi deixado intacto. A única ligação do vassallo ao Egipto, para além do tributo anual, era um juramento oral de fidelidade, ou antes, não hostilidade. A falta

de resposta aos pedidos lancinantes dos correspondentes asiáticos não deriva da incompreensão ou incúria do faraó, mas simplesmente da maneira de ver os direitos e deveres de senhor e vassallos, unilateral (só deveres dos vassallos e direitos do faraó) no entendimento egípcio, bilateral na teoria e praxe da Ásia – pactos escritos de vassalagem, como direitos e obrigações mútuos – (pp. 39-40). Importante para o estudo da diplomacia, mas menos directo para a história política, é a descrição do formulário epistolar (pp. 48-59). O Autor anota por fim os seus critérios de versão e das suas dificuldades: como norma traduz o mesmo vocábulo acádico sempre pelo mesmo termo italiano e tende para uma certa desdramatização da situação histórica (p. 60).

Notável é igualmente a «Introdução» ao volume II, em que o Autor reafirma as ideias sobre o prestígio e o interesse como móbil das relações internacionais e sobretudo da sua apresentação ao auditório («tributos» para consumo interno são simplesmente trocas comerciais com o estrangeiro). Importantes para a história da diplomacia são a troca de mensagens e embaixadores, as negociações e rupturas, o contencioso legal. Contra a opinião da generalidade dos historiadores da diplomacia, que chegam a ver o seu início no Congresso de Viena se não na fundação da Sociedade das Nações (p. 322), importa recordar que não se pode limitar o seu estudo ao mundo moderno e que «parece hoje claro que na época de Amarna estava em formação um verdadeiro e próprio “sistema” de relações internacionais; mas que esse sistema respondia (obviamente) às suas normas e não às dos séculos futuros» (p. 323). Nem se pode dizer que aí começasse a diplomacia, que já tinha perto de um milénio (as cartas de Mari, do século XIX-XVIII a. C., são disso claro testemunho).

A exaustiva bibliografia consultada e indicada nas notas de rodapé e na introdução a cada carta, a leveza de estilo na versão e a redução das notas filológicas ao mínimo indispensável fazem desta Obra cómodo instrumento de trabalho para o especialista e mina de informação para o leitor comum.

José Nunes Carreira

VOLKMAR FRITZ, *Die Entstehung Israels im 12. und 11. Jahrhundert v. Chr.* (Biblische Enzyklopädie, 2), Kohlhammer, Stuttgart 1996. ISBN 3-17-012331-9

De uma série intitulada «Enciclopédia» a única novidade que se pode esperar é a da forma da apresentação, supostos que são os con-